CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

DIVULGAÇÃO/ PL-RJ



Douglas Ruas anuncia parte do secretariado na Firjan

RJ: Casa Civil, Políticas da Mulher e Planejamento já com titulares

O governador eleito do Rio de Janeiro, Douglas Ruas, anunciou nesta terça-feira (3) os três primeiros nomes que vão integrar o primeiro escalão de sua gestão. As indicações são para as secretarias da Casa Civil e Governança, Políticas Inclusivas e da Mulher e Planejamento e Inovação. Os nomes foram apresentados durante coletiva na Firjan, onde funciona a equipe de transição do novo governo. Durante o encontro, Ruas também informou que deverá anunciar em breve o novo secretário de Segurança Pública. Ele reafirmou que pretende adotar o modelo tradicional de gestão, com as polícias Civil e Militar subordinadas à pasta. O governador eleito frisou que a estrutura foi apresentada durante a campanha e faz parte dos compromissos assumidos com a população para os próximos quatro anos.

Monteze no Planejamento, Gestão e Inovação

Para a Secretaria de Estado de Planejamento, Gestão e Inovação, o governador eleito do Rio escolheu Anderson Monteze. Ele é servidor público federal de carreira e acumula experiência nos Poderes Executivo e Legislativo. Monteze afirmou que a Seplag vai "promover a articulação de todos os órgãos do Estado". A Casa Civil e Governança será comandada por Maria Gabriela Bessa, enquanto a vice-governadora eleita Fernanda Louback ficará à frente da Secretaria de Estado de Políticas Inclusivas e da Mulher.

DIVULGAÇÃO/ PL-RJ



Anderson Monteze foi escolhido por Douglas Ruas

'Articulação em todos os órgãos', diz Monteze

Mestre em Controladoria e Gestão Pública pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e graduado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Anderson Monteze afirmou que a Seplag vai "promover a articulação de todos os órgãos do Estado" e que a inclusão da palavra "Inovação" ao nome da secretaria mostra que a nova gestão quer modernizar a administração pública, facilitando a prestação de serviços e ficando mais próxima do cidadão.

Iniciativas ligadas à inclusão

A vice-governadora eleita Fernanda Louback, que ficará à frente da Secretaria de Estado de Políticas Inclusivas e da Mulher, é mãe de duas meninas atípicas, também atua em iniciativas ligadas à inclusão e à garantia de direitos. Detalhe: Fernanda foi eleita vereadora de Niterói em 2024. Sua atuação tem como foco a defesa dos direitos das mulheres, da infância e das pessoas com deficiência.

Alerj debate orçamento

A Alerj iniciou nesta terça-feira (03) a discussão do orçamento estadual de 2027. O projeto estima déficit de R$ 13,98 bilhões, com despesas de R$ 138,37 bilhões e receita líquida de R$ 124,39 bilhões. Em relação ao orçamento aprovado para 2026, o rombo previsto é cerca de R$ 5 bilhões menor. O texto volta ao plenário nesta quarta-feira (04), para novo debate.

Prazo para emendas

Após a discussão inicial do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 e da revisão do Plano Plurianual, a Alerj abrirá prazo para emendas parlamentares entre 5 e 11 de novembro. As propostas serão debatidas antes da votação final, prevista para dezembro. As duas medidas receberam parecer favorável da Comissão de Orçamento.

Gastos com pessoal

A despesa com pessoal e encargos sociais do Estado está estimada em R$ 80,85 bilhões em 2027. O Executivo atribui o aumento de R$ 9,64 bilhões, entre outros fatores, à recomposição salarial dos servidores, que prevê duas parcelas de reajuste de 5,62%, conforme a Lei 9.436/21. O Tesouro reservará R$ 23,8 bilhões para obrigações previdenciárias.

Propag terá R$ 2,28 bi

O orçamento prevê R$ 2,28 bilhões em investimentos do Propag, programa de renegociação da dívida dos estados com a União. Desse total, R$ 1,30 bilhão será em educação profissional e técnica. O restante será transportes, saneamento, segurança pública, universidades estaduais, adaptação climática e habitação. A dívida será corrigida pelo IPCA, sem juros reais.

Déficit pode cair

O deputado Luiz Paulo (PSD) apontou três receitas complementares que podem reduzir o déficit em até R$ 7,5 bilhões. A estimativa inclui R$ 6,34 bilhões em participações especiais dos campos de Tupi e Cernambi, R$ 792,5 milhões da dívida ativa de ICMS e R$ 362,1 milhões com a venda de imóveis públicos. A entrada dos recursos depende de condições específicas.

Plano Plurianual

A revisão do Plano Plurianual 2024–2027 organiza programas, metas, produtos e indicadores do governo. A proposta considera a execução das políticas públicas e as diretrizes do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social, com dez missões, como combater a pobreza, ampliar empregos, segurança hídrica e promover igualdade racial e de gênero.

ANTONIO AUGUSTO/STF



Relator do caso no STF, Fux ouviu entidades, clubes de futebol e o governo

Fux defende banimento das Bets; caso segue ao plenário do STF

Na audiência, ministro ouviu categorias sobre a MP que proíbe apostas

Por **Gabriela Gallo**

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, relator das ações que questionam a Medida Provisória que determina o fim das plataformas virtuais de apostas de quota fixa (Bets), defendeu que ela "devem ser banidas", classificando-as como responsáveis por um problema de saúde pública e econômica. A declaração ocorreu nesta terça-feira (3) durante audiência pública no STF para discutir o tema e a constitucionalidade da Medida Provisória que determina o fim das Bets (MP 1.394/2026). Após ser publicada a decisão do magistrado, o caso será analisado no plenário da Suprema Corte. Ainda não há data definida para os ministros analisarem o tema.

Na audiência, o magistrado ouviu 34 representantes de setores afetados pelo tema (que variaram desde órgãos públicos, empresas, clubes de futebol e associações).

A audiência foi agendada com base nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7721, 7723 e 7749, que questionam a chamada Lei das Bets (Lei 14.790/2023), responsável pela regulamentação das apostas online no país, e as ADIs 8024, 8027, 8028 e 8035, que criticam e questionam a MP que as proíbe.

Os principais argumentos contra a Medida Provisória que acabou com as Bets são acusações que se tratou de uma medida eleitoreira, visto que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou a MP no dia 25 de setembro, nove dias antes do segundo turno eleitoral. Além disso, entidades solicitam que, ainda que a Suprema Corte julgue a decisão como constitucional e mantenha o banimento das Bets, que seja definido um período de transição para o fim das apostas, de forma a não prejudicar financeiramente e não trazer insegurança jurídica para empresas que contavam com o retorno financeiro de patrocínio das Bets.

Pelo governo, participaram os ministros da Saúde, Alexandre Padilha, da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, e o do Esporte, Paulo Henrique Perna Cordeiro. Padilha defendeu o banimento das apostas. Segundo ele, dos 28 milhões de brasileiros que apostaram nos últimos 12 meses, 11 milhões apresentam comportamentos problemáticos ou padrões de riscos. "Não é só dinheiro que se perde, se perde o controle da vida", disse.